

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT08.017

REPERCUSSÕES DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA NOS PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA EM CAMPO ALEGRE/AL

Anadeje Ferreira de Almeida¹
Salezia Magna de Oliveira Costa²
Dayanne Vitor dos Santos³

RESUMO

O presente estudo analisou o desenvolvimento da leitura e da escrita de alunos matriculados em uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Campo Alegre/AL. O objetivo foi acompanhar a aprendizagem dessas crianças durante o ano de 2024, no contexto da implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Consideraram-se as orientações formativas desta política, que destacam a formação de profissionais da educação e o fortalecimento das práticas pedagógicas e de gestão escolar, visando à alfabetização de todas as crianças na idade certa (Brasil, 2023). O referencial teórico inclui estudos de Soares (2022), Mortatti (2006), Ferreiro e Teberosky (1999), entre outros, que abordam a alfabetização como processo integrado ao letramento. A pesquisa é de caráter documental, com abordagem qualitativa (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009; Minayo, 2011). Os dados foram interpretados por meio da Análise

- 1 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, anadeje.almeida@cedu.ufal.br;
- 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, salezia.costa@cedu.ufal.br;
- 3 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, dayannevitor@gmail.com;

de Conteúdo (Bardin, 2016), no qual emergiram três categorias: perfil inicial da turma, estratégias pedagógicas implementadas: gênero textual bilhete e evolução das crianças na leitura e escrita: mapeamento do 4º bimestre. Os resultados indicam que as estratégias planejadas pela professora no âmbito do CNCA favoreceram significativamente o desenvolvimento da leitura e da escrita, de modo que, ao final do ano de 2024, todas as crianças da turma conseguiam ler palavras e pequenos textos, demonstrando progressos consistentes em suas habilidades de alfabetização.

Palavras-chave: Leitura, Alfabetização, Planejamento Pedagógico, Política de Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui uma das etapas mais importantes da escolarização, pois dela depende a inserção plena da criança nas práticas sociais mediadas pela leitura e escrita. Segundo Soares (2022), alfabetizar não se resume ao aprendizado do código alfabético; trata-se de promover simultaneamente o domínio da técnica da escrita e a participação ativa no universo social da leitura e da escrita. Essa concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas que articulem alfabetização e letramento desde os anos iniciais.

Nesse sentido, a alfabetização tem sido pauta nos debates, pois no Brasil, a temática é marcada por concepções e métodos variados, que por vezes, deixam de lado o letramento. Mortatti (2006) evidencia que o ensino da leitura e da escrita sempre foi atravessado por disputas sobre “como ensinar”, refletindo mudanças nas concepções de criança, linguagem e escola, algo que tem contribuído para que haja uma priorização unindo a alfabetização e o letramento. Assim, a discussão atual sobre métodos de alfabetização deve ser compreendida a partir de sua trajetória histórica, que inclui métodos sintéticos, analíticos e, mais recentemente, abordagens construtivistas e interacionistas, como as propostas por Ferreira e Teberosky (1999), a qual enfatiza sobre a necessidade da criança ser alfabetizada num contexto de letramento.

Essa perspectiva tem sido adotada na trajetória histórica de algumas políticas de alfabetização no Brasil, que historicamente sofrem oscilações e descontinuidade, porém, políticas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) instituída em 2012, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017 e, principalmente no momento atual, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído em 2023 pelo Ministério da Educação, o qual representa uma iniciativa voltada à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

O CNCA possui cinco eixos que permitem o desenvolvimento de práticas que guiam a política de alfabetização, são eles: gestão e governança, formação de profissionais de educação, infraestrutura física e pedagógica, sistemas de avaliação, e reconhecimento e compartilhamento de boas práticas. Nesta pesquisa, daremos destaque para a formação continuada de professores e o fortalecimento das práticas pedagógicas, com foco na melhoria dos indicadores educacionais (Brasil, 2023).

Nesse sentido, o município de Campo Alegre/AL, cenário desta pesquisa, tem desenvolvido ações alinhadas ao CNCA, principalmente no que se refere à formação docente e acompanhamento das práticas pedagógicas. Desse modo, a investigação buscou analisar como essas ações repercutem no cotidiano escolar, particularmente no desenvolvimento da leitura de uma turma de 1º ano ao longo do ano letivo de 2024.

O estudo é relevante, pois reside em compreender de que forma a política nacional se concretiza na prática escolar, produzindo efeitos efetivos no aprendizado da leitura. Aprender a ler é um processo complexo, que exige mediação docente qualificada e práticas intencionais em ambientes ricos em experiências significativas (Morais, 2019), assim a formação continuada se configura o elo necessário para que ela seja garantida conforme orienta a BNCC e a proposta da política do CNCA, que todas as crianças sejam alfabetizadas até o final do segundo ano do ensino fundamental. Portanto, este estudo analisa as repercussões do CNCA nos processos de ensino e aprendizagem da leitura, considerando o papel do professor e das práticas pedagógicas planejadas.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução: fundamentação teórica que vai discorrer sobre a aprendizagem da leitura e da escrita, trazendo um contexto histórico sobre os métodos de alfabetização e a psicogênese da língua escrita, a metodologia, os resultados e discussão, e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA: HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO E A PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

Soares (2022) propôs que o ensino da leitura e da escrita fosse conduzido de forma integrada, de modo que o processo de alfabetização ocorresse atrelado à perspectiva do letramento, visto que é necessário que a criança esteja inserida em práticas sociais, para aprender a usar a leitura e a escrita no seu cotidiano. Assim, reconhecer a distinção entre esses dois processos e inserir no contexto da sala de aula, se torna fundamental para um planejamento intencional e significativo.

Desse modo, esse estudo compreende por alfabetização o processo de apropriação da tecnologia da escrita, ou seja, o domínio das técnicas fundamentais para o uso da leitura e da escrita. Já o letramento, refere-se à utilização da leitura e da escrita nas mais variadas práticas sociais em que a língua escrita se faz presente (Soares, 2022). Nesse sentido, ler e escrever são habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas progressivamente ao longo da vida escolar, sendo os dois processos indissociáveis.

Apesar da leitura e a escrita terem finalidades distintas, a leitura voltada para a compreensão de textos e a escrita para a produção de enunciados com sentido, ambas se complementam. A aprendizagem da leitura e da escrita constitui um processo complexo, envolvendo dimensões cognitivas, sociais, culturais e históricas. No Brasil, as práticas de alfabetização têm sido influenciadas por distintas concepções teóricas, que impactaram tanto as abordagens metodológicas quanto à atuação docente (Rocha; Arruda, 2015).

Mortatti (2006) aponta que a história dos métodos de alfabetização no Brasil se constitui em quatro momentos principais, em que o ensino da leitura e da escrita ora era baseado em métodos sintéticos, ora em métodos analíticos, ora em abordagens que propunham sua superação,

como o construtivismo. Cada um desses momentos reflete determinadas concepções de leitura e escrita articuladas a contextos históricos, políticos e sociais específicos. Assim, a alternância entre os métodos revela não apenas mudanças didáticas, mas disputas em torno do que se entende por alfabetização, quais habilidades devem ser priorizadas e que papel o professor deve assumir nesse processo.

O 1º momento intitulado como Metodização do ensino da leitura, iniciou-se ao final do império e vigorou-se até início da década de 1890. Nesse período, o ensino da leitura ocorria em condições precárias, com escolas improvisadas e poucos materiais didáticos. O processo de alfabetização baseava-se em métodos sintéticos, como o alfabético (soletração), o fônico e o silábico, que seguiam uma lógica da parte para o todo: das letras e sons para as palavras e frases.

O 2º momento da história do processo de alfabetização no Brasil conforme Mortatti (2006) é A institucionalização do método analítico, que iniciou-se a partir de 1890 a meados de 1920. Este período é marcado pela implementação da reforma da instrução pública no estado de São Paulo, que buscava servir de modelo para outras regiões do país. Essa reforma incluiu a reorganização da Escola Normal de São Paulo, a criação da Escola-Modelo Anexa e do Jardim da Infância em 1896, fomentando uma base para novas práticas pedagógicas (Mortatti, 2006). Nesse contexto, destacou-se o método analítico para o ensino da leitura, considerado como novo e revolucionário.

O 3º momento A alfabetização sob medida, se desenvolveu a partir de meados da década de 1920, caracteriza-se por um aumento das resistências dos professores em relação ao uso do método analítico. Esse período foi marcado pelas mudanças trazidas pela “autonomia didática” proposta pela Reforma Sampaio Dória, que permitiu maior liberdade para os professores na escolha dos métodos didáticos (Mortatti, 2006). No entanto, os professores que defendiam o método analítico continuaram a utilizá-lo em sala de aula, buscando evidenciar seus benefícios. Paralelamente, havia também aqueles que, de maneira conciliadora, procuravam

integrar elementos dos métodos sintéticos e analíticos em suas práticas pedagógicas.

Por término o 4º momento, intitulado como Alfabetização: construtivismo e desmotidização, inicia-se no começo da década de 1980 e é caracterizado por um questionamento da tradição vigente até então, especialmente da alfabetização “sob medida” que subordinava o ensino às questões psicológicas da criança. Esse período surge em resposta a novas urgências políticas e sociais, que apontaram o fracasso da escola em alfabetizar crianças adequadamente, motivando propostas de mudança na educação (Mortatti, 2006). Esses momentos históricos mostram que a alfabetização não pode se restringir a métodos rígidos, mas requer práticas flexíveis que considerem o aluno como sujeito ativo na construção da leitura e escrita.

Conforme a teoria da Psicogênese da Língua Escrita, desenvolvida por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), a aprendizagem da escrita não é resultado de mera memorização de correspondências entre letras e sons, mas um processo construtivo, no qual a criança formula e reformula hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita. Nessa perspectiva, a escrita é compreendida como uma prática social e cognitiva, construída a partir da interação da criança com textos e com seu contexto cultural.

Desse modo, para Ferreiro e Teberosky (1999, p. 8)

[...] a mão que escreve e o olho que lê estão sob o comando de um cérebro que pensa sobre a escrita que existe em seu meio social e com a qual toma contato através da sua própria participação em atos que envolvem o ler ou o escrever; em práticas sociais mediadas pela escrita.

Nesse sentido, Ferreiro e Teberosky (1999) apontam que a aprendizagem da escrita pelas crianças ocorre por meio de diferentes níveis, apresentados no Quadro 1. Cada nível reflete um avanço progressivo na compreensão da relação entre a fala e a escrita, evidenciando o desenvolvimento gradual das hipóteses da criança sobre o funcionamento do sistema de escrita.

Quadro 1 - Níveis do desenvolvimento da escrita conforme Ferreiro e Teberosky (1999)

NÍVEL	DESCRIÇÃO
Pré-silábico	A escrita ainda não mantém relação sistemática com a fala, funcionando mais como desenho ou grafismo.
Silábico	Cada grafema ou conjunto de grafemas representa uma sílaba;
Silábico-alfabético	Coexistência de representações silábicas e fonêmicas;
Alfabético	Correspondência estável entre fonemas e grafemas, com compreensão do princípio alfabético.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A concepção de escrita proposta por Ferreiro e Teberosky (1999) destaca que a aprendizagem dessa habilidade ocorre por meio de atividades reflexivas, da descoberta de padrões e da construção de significados, em vez de se reduzir à simples reprodução mecânica de letras e palavras.

2.2 COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA: PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é a mais recente política de alfabetização do Brasil para a promoção da alfabetização de todas as crianças do país. Seu objetivo principal é garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, além de recompor as aprendizagens de crianças dos anos seguintes (3º, 4º e 5º anos), considerando os impactos da pandemia (Brasil, 2023). Trata-se de uma iniciativa que se apoia na articulação colaborativa e na divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, sendo que a participação de Estados e Municípios ocorre de maneira voluntária. Cabe à União assegurar suporte técnico e financeiro, com a finalidade de melhorar tanto a estrutura física quanto os aspectos pedagógicos das escolas públicas (Oliveira, 2025).

Conforme o Decreto nº 11.556, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o programa está estruturado em cinco eixos estruturantes. Esses eixos orientam desde a definição das metas de aprendizagem até a implementação das estratégias de formação e acompanhamento,

articulando ações pedagógicas, de gestão e de avaliação. Juntos, constituem a base organizativa para garantir a efetividade atual política de alfabetização nos diferentes contextos escolares.

Por meio do documento oficial Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023), o Ministério da Educação (MEC) propõe um conjunto de diretrizes que devem nortear a formação docente. Entre essas diretrizes, destacam-se as premissas epistemológicas do processo de alfabetização, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- Premissas epistemológicas do processo de alfabetização no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

1. Reconhecimento da alfabetização como processo discursivo .
2. Compreensão da multidimensionalidade do processo de alfabetização.
3. Reconhecimento das conexões e transições entre o “aprender a ler e escrever” e o “ler e escrever para aprender” .
4. Reconhecimento da importância de garantir às crianças da Educação Infantil experiências contextualizadas, significativas e intencionais de participação em práticas sociais de oralidade, leitura e de escrita .
5. Reconhecimento de que a alfabetização é um direito humano e do princípio de que toda criança é capaz de aprender e deve ser apoiada em suas necessidades.
6. Reconhecimento e compromisso ético-político com o enfrentamento dos atravessamentos das dinâmicas estruturais de desigualdade e de subalternização, tais como racismo, aporofobia e capacitismo no processo de alfabetização.
7. Reconhecimento da afetividade e da ludicidade como aspectos centrais das práticas pedagógicas com as crianças e da atenção intencional do professor.
8. Reconhecimento das identidades, necessidades e características linguístico culturais de crianças que não têm o português falado no Brasil como língua materna.
9. Reconhecimento da importância de investir na formação dos Profissionais da Educação para que ampliem seus repertórios de leitura e de escrita e se reconheçam como parte de uma comunidade profissional de leitores e escritores.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As premissas orientam que o ensino da leitura e da escrita deve ser direcionado a partir de práticas reais de linguagem, que sejam significativas para os alunos, mobilizando diferentes gêneros discursivos e variadas finalidades comunicativas. Ao refletir sobre as perguntas “para que se lê ou

se escreve?”, “para quem/com quem?” e “como?”, o documento enfatiza a centralidade do sentido e da função social da linguagem, se aproximando da perspectiva do letramento. Assim, Bakhtin (1992, p. 408) menciona que o enunciado “[...] criado sempre se cria do dado (a língua, um fenômeno observado, um sentimento vivido, um sujeito falante, o concluído de uma visão de mundo etc.). Todo dado se transforma no criado”. Dessa maneira, o texto da atual política de alfabetização remete a algo que já existe o “dado”, mas que ao mesmo tempo é uma criação nova e única.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de caráter documental e abordagem qualitativa. O estudo baseou-se na leitura e análise de documentos escolares, com destaque para as fichas de mapeamento do perfil da turma de 1º ano do Ensino Fundamental, elaboradas por uma professora alfabetizadora ao longo do ano letivo de 2024. Segundo Minayo (2011), a abordagem qualitativa visa interpretar significados, valores, crenças e atitudes presentes nas práticas sociais, indo além de dados mensuráveis.

Além da análise das fichas de mapeamento, o estudo incorporou a descrição e interpretação de uma prática pedagógica específica desenvolvida pela professora, identificada como um elemento diferencial no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Essa prática consistiu em trabalhar o gênero textual bilhete em que as crianças fizeram uso tanto da leitura quanto da escrita.

Para o tratamento dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), por permitir organizar, categorizar e interpretar as informações registradas nas fichas de mapeamento e na descrição da prática pedagógica selecionada. As categorias que emergiram foram: perfil inicial da turma, estratégias pedagógicas implementadas: gênero textual bilhete e evolução das crianças na leitura e escrita: mapeamento do 4º bimestre.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL INICIAL DA TURMA

Conforme a Figura 1 podemos observar o perfil inicial da turma que foi selecionada para este estudo:

Figura 1- Mapeamento inicial da turma.

MAPEANDO PERFIL INICIAL	1º BIMESTRE
TOTAL DE ALUNOS DA TURMA	27 ALUNOS
QUANTOS ALUNOS PRÉ-SILÁBICOS ?	04
QUANTOS ALUNOS SILÁBICO SEM VALOR?	13
QUANTOS ALUNOS SILÁBICO COM VALOR?	07
QUANTOS ALUNOS SILÁBICO ALFABÉTICO?	03
QUANTOS ALUNOS ALFABÉTICOS?	07
NÃO LÊ	18
LÊ SILABANDO	02
LÊ COM FLUÊNCIA	

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No início do ano letivo de 2024, a turma de 1º ano do Ensino Fundamental era composta por 27 alunos. O mapeamento inicial do perfil de leitura e escrita indicou diferentes níveis de apropriação do sistema alfabético. Observou-se que 4 alunos estavam em estágio pré-silábico, 13 alunos apresentavam escrita silábica com valor, 7 estavam na fase silábico-alfabética e apenas 3 alunos já apresentavam escrita alfabética. Quanto à leitura, 7 crianças não conseguiam ler, 18 liam de forma silabada e 2 liam com fluência. Esses dados evidenciam um panorama inicial heterogêneo, mostrando a diversidade de habilidades de alfabetização presentes na turma, o que exigiu a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas para promover avanços no processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Essa diversidade encontra sustentação teórica nas contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), que demonstraram que a aprendizagem da escrita não ocorre por mera memorização de letras e sons, mas sim por meio de um processo construtivo, no qual a criança elabora hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético.

De acordo com as autoras, as fases observadas: pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética, representam estágios de apropriação pro-

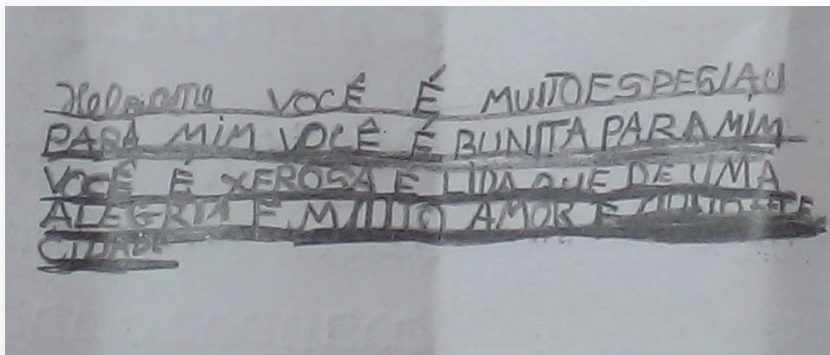
gressiva da relação entre fala e escrita. No estágio pré-silábico, a criança ainda não compreende que a escrita representa a linguagem oral; no silábico, começa a atribuir um valor sonoro a cada letra; no silábico-alfabético, inicia a compreensão da necessidade de mais de uma letra para representar uma sílaba; e, finalmente, no alfabético, domina as correspondências fonema-grafema e consegue escrever de forma convencional.

Assim, os resultados obtidos na turma confirmam a teoria de Ferreiro e Teberosky, reforçando a importância de reconhecer o percurso individual de cada aluno e de propor intervenções pedagógicas diferenciadas que favoreçam o avanço entre as etapas da construção do conhecimento sobre a escrita.

4.2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS IMPLEMENTADAS: GÊNERO TEXTUAL BILHETE

Durante o 1º bimestre, a professora desenvolveu ações voltadas à promoção da leitura e da escrita a partir do gênero textual “bilhete”, considerando as diferentes fases de aprendizagem da turma. A escolha desse gênero teve como objetivo aproximar as crianças das práticas sociais da escrita, favorecendo a compreensão de que ler e escrever são atos de comunicação com sentido no cotidiano.

Figura 2- Bilhete desenvolvido por uma das crianças.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Inicialmente, a professora apresentou o gênero bilhete, explicando sua função comunicativa e estrutura composicional (data, saudação, mensagem, despedida e assinatura). Em seguida, leu e discutiu exemplos reais de bilhetes, incentivando os alunos a identificar quem escreveu, para quem e com que intenção. Essa análise coletiva permitiu que as crianças percebessem que a escrita serve para expressar sentimentos, pedir, informar e agradecer – funções sociais fundamentais da linguagem escrita.

Após essa etapa, foram realizadas produções coletivas e individuais de bilhetes, em que cada aluno pôde escrever recados destinados a colegas, familiares ou à própria professora. A mediação docente foi essencial para apoiar as crianças em suas hipóteses de escrita, valorizando suas tentativas e estimulando o avanço entre os níveis pré-silábico, silábico e alfabético. Os bilhetes foram socializados em rodas de leitura e expostos em murais, reforçando o caráter social e comunicativo do texto.

Essa prática está em consonância com a perspectiva de letramento defendida pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que compreende a alfabetização como um processo que vai além da decodificação de letras e sons, envolvendo a participação ativa das crianças em situações reais de leitura e escrita. Assim, ao trabalhar com o gênero bilhete, a professora promoveu experiências significativas de uso da língua escrita, contribuindo para o desenvolvimento da competência comunicativa, da autoria e do pertencimento ao universo letrado.

Nessa abordagem, ler e escrever não são apenas habilidades técnicas, mas práticas sociais que dão sentido ao aprender. O trabalho com bilhetes, portanto, concretiza o princípio de que alfabetizar é letrar, possibilitando que as crianças construam conhecimento sobre o sistema alfabético ao mesmo tempo em que vivenciam o prazer e a função social da escrita, conforme orienta o Compromisso.

4.3 EVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS NA LEITURA E ESCRITA: MAPEAMENTO DO 4º BIMESTRE

Ao final do ano letivo de 2024, foi possível constatar avanços expressivos no processo de alfabetização da turma do 1º ano selecionada para o presente estudo. O mapeamento do 4º bimestre evidenciou uma mudança significativa no perfil dos alunos em comparação ao diagnóstico inicial, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3- Mapeamento do 4º bimestre da turma.

TOTAL DE ALUNOS DA TURMA	26
QUANTOS ALUNOS PRÉ-SILÁBICOS ?	00
QUANTOS ALUNOS SILÁBICO SEM VALOR?	00
QUANTOS ALUNOS SILÁBICOS COM VALOR?	03
QUANTOS ALUNOS SILÁBICO ALFABÉTICO?	04
QUANTOS ALUNOS ALFABÉTICOS?	19
NÃO LÊ	00
LÊ SILABANDO	07
LÊ COM FLUÊNCIA	19

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Enquanto no início do ano havia 4 alunos em nível pré-silábico, 13 no silábico com valor, 7 no silábico-alfabético e apenas 3 alfabéticos, no último bimestre a turma apresentou um quadro de consolidação da escrita, com 3 alunos no nível silábico com valor, 4 no silábico-alfabético e 19 alunos plenamente alfabéticos. Nenhum aluno permaneceu nos níveis pré-silábico ou silábico sem valor sonoro.

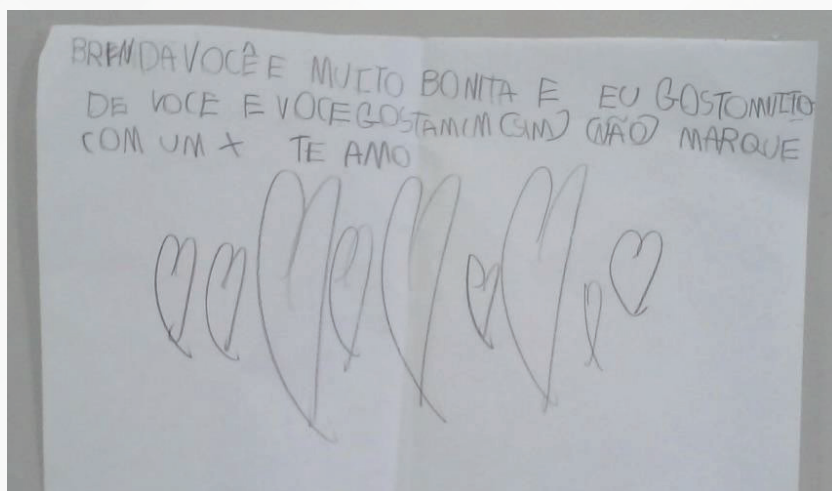
Quanto à leitura, o progresso foi igualmente notável: todas as crianças passaram a ler. No início, 7 não liam e 18 liam de forma silabada; já no 4º bimestre, 19 alunos liam com fluência e 7 mantinham leitura silabada, porém com compreensão crescente.

Esses resultados indicam um avanço coletivo importante, demonstrando que as estratégias pedagógicas voltadas ao uso de gêneros textuais, em especial o bilhete, contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita. A produção de bilhetes,

com destinatário real e sentido comunicativo, possibilitou que as crianças vivenciassem práticas de letramento autênticas, em consonância com o que propõe o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (MEC, 2023).

Um exemplo representativo desse progresso pode ser observado no bilhete reproduzido por uma das crianças durante o 4º bimestre do ano letivo em que o aluno escreve:

Figura 4- Bilhete desenvolvido por uma das crianças durante o 4º bimestre do ano letivo de 2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Essa produção demonstra o domínio da estrutura do gênero, o uso de frases completas e conectores simples, além da segmentação adequada das palavras e da coerência textual, indicando a consolidação do nível alfabético e o avanço na capacidade de expressar ideias por escrito.

Além do desenvolvimento linguístico, é possível observar também progressos no campo socioemocional: os alunos mostraram-se mais críticos, participativos e confiantes, embora ainda apresentem necessidade de aprimorar o foco e a atenção durante as atividades. São crianças com grande potencial de aprendizagem, que se beneficiaram de práticas pedagógicas contextualizadas, afetivas e motivadoras.

Assim, os resultados obtidos confirmam a efetividade da abordagem adotada, que alia a perspectiva construtivista de Ferreiro e Teberosky

(1999) à dimensão social do letramento defendida pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reforçando que alfabetizar é inserir o aluno no uso social da linguagem escrita, desenvolvendo leitores e escritores competentes, autônomos e criativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central analisar as repercussões do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) nos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita no município de Campo Alegre/AL, tomando como referência o acompanhamento de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental ao longo do ano letivo de 2024. Buscou-se compreender de que forma as diretrizes dessa política pública, voltadas à formação docente e à qualificação das práticas pedagógicas, se materializam no cotidiano da sala de aula e impactam o desenvolvimento das crianças no ciclo de alfabetização.

Os resultados obtidos revelaram que o CNCA tem proporcionado mudanças significativas nas práticas pedagógicas e no modo como os professores compreendem e conduzem o processo de alfabetização. As ações formativas, o acompanhamento técnico e o incentivo ao planejamento intencional e colaborativo contribuíram para o fortalecimento de uma cultura de reflexão sobre a prática, fundamentada em concepções contemporâneas de alfabetização e letramento.

Ao analisar os registros pedagógicos da professora, observou-se que a implementação do CNCA tem favorecido a articulação entre teoria e prática, permitindo que as atividades de leitura e escrita ganhem sentido social e cultural. A prática com o gênero bilhete, em especial, evidenciou o potencial das experiências significativas de linguagem para o avanço das hipóteses de escrita das crianças. Essa estratégia, ao inserir os alunos em situações reais de comunicação, consolidou a aprendizagem do sistema alfabético e estimulou a autonomia leitora e escritora, confirmando que a alfabetização é, simultaneamente, um processo cognitivo e social.

De modo geral, os achados da pesquisa permitem concluir que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada representa um avanço significativo na alfabetização brasileira, na medida em que promove a integração entre os diferentes entes federativos, investe na formação docente continuada e orienta práticas pedagógicas contextualizadas. A experiência da professora analisada em Campo Alegre/AL evidencia que, quando as políticas são acompanhadas de suporte técnico e pedagógico efetivo, os resultados aparecem na aprendizagem real dos alunos.

Contudo, ainda há desafios a serem enfrentados, sobretudo no que diz respeito à continuidade das formações, à ampliação do acompanhamento pedagógico e à criação de condições materiais e de tempo para o planejamento coletivo nas escolas. A consolidação dos princípios do CNCA requer o comprometimento de gestores, professores e sistemas de ensino com a construção de ambientes alfabetizadores ricos, democráticos e culturalmente significativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 415 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 2016.
- BRASIL. Decreto nº 11.556 de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 3, 13 jun. 2023.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 284 p.
- MINAYO, M. C. S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2011.
- MORAIS, A. G. de. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. Autêntica, 2019.

MORTATTI, M. do R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **Conferência proferida durante o Seminário” Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em. 2006.**

ROCHA, C. C.; ARRUDA, Mareide Lopes. O desenvolvimento do Ensino da leitura e escrita: Concepções e metodologias de alfabetização. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 1, n. 2, p. 100-115, 2015.

SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. 4. impr. São Paulo: Contexto, 2022.